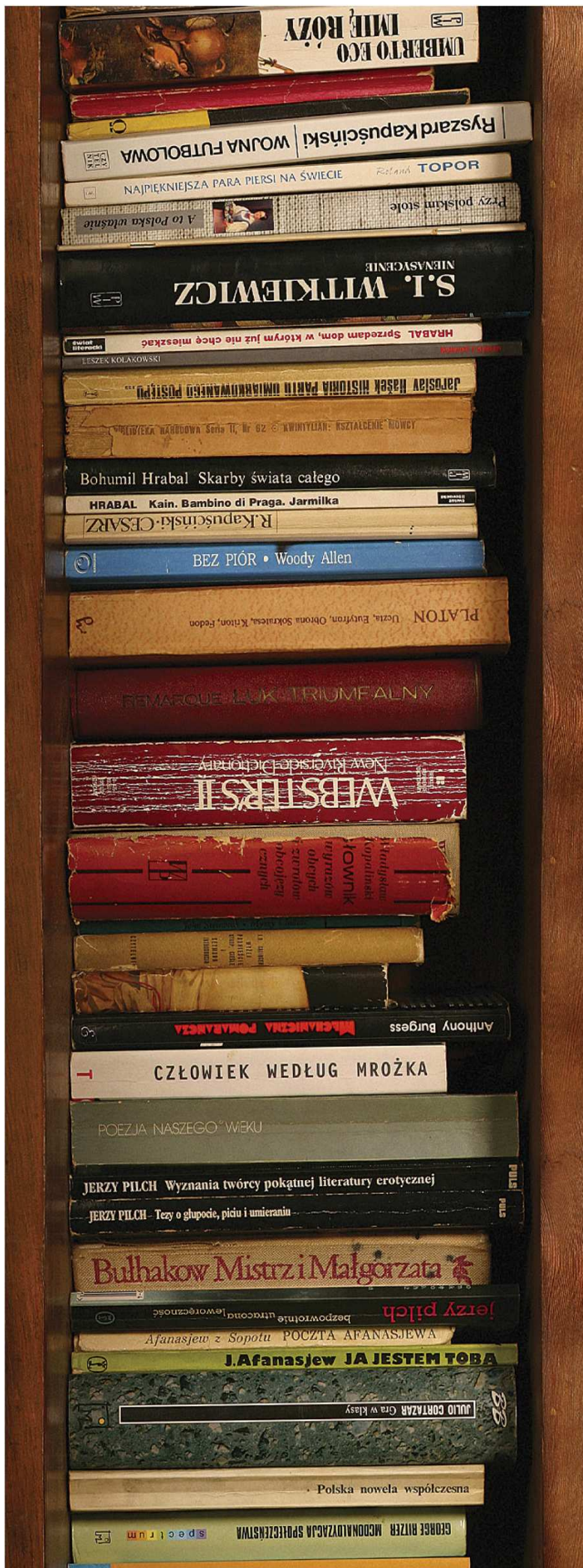


ISSN: 1980-0193

PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS

Revista eletrônica de ciências
sociais aplicadas.

V.1, N.2, 2006



EDITORIAL

Perspectivas Contemporâneas
Faculdade Integrado
Campo Mourão – Paraná – Brasil
Av. Irmãos Pereira, 670, Centro
Fone: 55 44 3523 1982
CEP: 87301-010

Editor Chefe
Patrícia Regina Cenci Queiroz

Editor de Revisão e Correção
Ana Paula Previante Widorski

Editor de Língua Estrangeira
Aparecida da Penha dos Santos
Wilson Parteka Olipa

Editor de normalização
Vinicius Ortiz de Camargo

Editor de Layout
Luciana Aparecida Bastos

Projeto Gráfico e Edição Final
Emanuelle Torino
Marcos Vinicius Meira
Patrícia Regina Cenci Queiroz

Suporte Técnico
José Leandro Xavier
xavier@grupointegrado.br

revista **Perspectivas Contemporâneas**

Um dos maiores anseios dos seres humanos nas mais diferentes épocas é a busca da verdade, tornando-a uma das mais interessantes e difíceis proposições; tanto que, ao longo de sua existência na Terra, a humanidade tem buscado a verdade em diversas fontes, tais como a intuição, a autoridade, a tradição, o bom-senso e a ciência.

A ciência, em especial, por meio da realização de pesquisas e da utilização de experimentos e procedimentos científicos, busca a solução de problemas em inúmeras áreas.

Analisando brevemente o histórico das publicações periódicas evidencia-se sua importância no processo de comunicação científica, uma vez que são consideradas o principal meio de divulgação dos resultados de pesquisas e experiências, favorecendo a disseminação do conhecimento propiciado pelas descobertas da ciência.

As principais funções dos periódicos científicos são a memória e arquivo do conhecimento, a comunicação entre os membros de diversas comunidades científicas e a formalização do conhecimento.

Além disso, a literatura científica beneficia-se, talvez mais do que qualquer outra área da comunicação, do vertiginoso progresso da eletrônica e da Internet. A velocidade com que são transmitidas as informações, além de outros recursos que jamais seriam utilizados na versão impressa, certamente tem revolucionado a ciência.

Neste contexto, a revista **Perspectivas Contemporâneas** ao publicar seu segundo número, já conta com o registro no ISSN e publica um artigo internacional, isso demonstra o fortalecimento e a credibilidade que, com seriedade, a publicação conseguiu atingir em tão pouco tempo de existência.

Emanuelle Torino
Bibliotecária

DESENVOLVIMENTO E GLOBALIZAÇÃO: NOVOS E VELHOS DESAFIOS AOS SUJEITOS

Vinicius Ortiz de Camargo ⁽¹⁾

Faculdade Integrado de Campo Mourão, Campo Mourão-PR

RESUMO

Este artigo, por meio das análises de alguns teóricos das Ciências Sociais, faz uma breve problematização acerca das tendências sócio, políticas e econômicas trazidas com a globalização, tendências que inovam e ao mesmo tempo reforçam certas tragédias do desenvolvimento e que, por isso, desafiam os sujeitos a responderem de forma inovadora. Todavia, tais respostas estariam condicionadas por algumas limitações decorrentes de um processo de compressão espaço-temporal, do desemprego estrutural e da ilusão sobre o desenvolvimento. A conclusão aponta para o fato de que desenvolvimento, ou globalização, é um processo que delinea algumas tendências contrárias à possibilidade de emancipação social e, conseqüentemente, de um desenvolvimento pautado pela premissa da igualdade e liberdade.

PALAVRAS-CHAVES: Globalização, Desenvolvimento, desafios, sujeitos.

DEVELOPMENT AND GLOBALIZATION: NEW AND OLD CHALLENGES FOR THE INDIVIDUALS

ABSTRACT

Taking into account the analysis of some Social Sciences theoreticians, this article discuss the problems about the social, political and economic tendencies brought by globalization which are new, but at the same time they bring some tragedies for development. That's why it becomes a challenge for the people to respond in an innovative way. These solutions would be under the conditions imposed by a process of the space and time understanding, as well as the no use of structures and illusory development. The conclusion shows that the development, or globalization, is a process with some tendencies which are not leading to the social independence, thus, not leading to such a development based on the equality and liberty.

Keywords: globalization, development, challenges, individuals

INTRODUÇÃO

De certa forma é possível pensar a idéia de desenvolvimento articulada à de progresso e, no percurso da história humana, encontrar a força da mesma já nos primórdios do mundo moderno, já no século XVII. Uma idéia que, bem ou mal, encarna a defesa da razão e do novo espaço tomado pelo e para o indivíduo. Sua defesa, portanto, se coaduna com um momento característico do ocidente, na transição de uma sociedade estamental para uma sociedade de indivíduos, cada vez mais absorvida pelo papel central que o sujeito de razão deveria desempenhar, onde a técnica e a ciência definiam-se como emancipatórias e onde se dava uma nova forma de pensar a temporalidade e o espaço, uma temporalidade linear e progressista, dinâmica e um espaço individualizado, mas cuja ação do homem desafiava cada vez mais as fronteiras tradicionalmente definidas. Neste contexto, o que seria o desenvolvimento senão uma consequência inevitável de uma sociedade definida pelo seu caráter dinâmico, definida pela oposição tradicional-moderno, pela oposição “idade das trevas - idade das luzes”, produtora de uma história linear, em que o desenvolvimento e o progresso que a mesma engendra passa a ser um parâmetro legitimado do nosso grau de liberdade, de modernidade, de racionalidade.

O século XIX levará com intensidade tal ideário e será preciso, no transcorrer do século XX, duas guerras mundiais e um movimento forte pela descolonização para relativizá-lo. Será?

Tal indagação se torna pertinente, pois o último quartel do século XX retomará a idéia de desenvolvimento com toda a sua força, naquele mesmo sentido que ela costumeiramente havia sido empregada, qual seja, a do desenvolvimento da ciência e da técnica, a de desenvolvimento às últimas consequências da autonomia individual, a de desenvolvimento da economia. Hoje, entretanto, esta idéia sofreu uma “modernização”, agora ela se sustenta sob o termo globalização. De modo que a promessa de emancipação total, de liberdade, igualdade e fraternidade, promulgado como resultado último do desenvolvimento e do progresso ainda

esperam a concretização, ainda esperam o futuro vindouro prometido pela globalização.

Este artigo pretende aprofundar tais considerações reportando-se sobre alguns debates em torno da história do desenvolvimento, da relação do mesmo com o subdesenvolvimento, e da globalização. Verificar-se-á no decorrer da análise que uma crítica sobre alguns fatores que compoariam a noção de desenvolvimento serão debatidas por autores brasileiros como Furtado (1987) e Cardoso (1970; 1993). Ambos têm como pano de fundo a noção de subdesenvolvimento, centro e periferia e, nesse âmbito, apontam para algumas insuficiências do desenvolvimento em seu aspecto econômico e político, insuficiências que vão contribuir para um crescimento das desigualdades sociais e numa relação de dependência entre países, o que suscitará uma reflexão acerca da possibilidade de um desenvolvimento justo, igualitário, problematizando a inconclusão de suas promessas.

Ianni (1996) e Chesneaux (1995) aprofundam as discussões feitas pelos autores anteriores por meio de uma caracterização das várias frentes (sociais, político, econômica e culturais) trazidas ou reforçadas pelo processo de globalização, ressaltando as dimensões espaço-temporais deste processo, o que nos ajuda a pensar os desafios ao sujeito na contemporaneidade, os desafios trazidos pela defesa de uma autonomia individual irrestrita e pelos impactos da ciência e tecnologia no fortalecimento de uma compressão espaço-temporal que desafia as capacidades cognitivas dos homens e sua confiança e capacidade de construir formas de sociabilidades coerentes e consistentes.

Por fim, Stiglitz (2002) e Khon (2005) apontam alguns atores institucionais, algumas constelações de interesses e de relações econômicas a favor da globalização e que fortalecem o desemprego estrutural.

Diante das contribuições desses autores, conclui-se que a globalização tem reforçado um tipo de desenvolvimento pautado por práticas que reproduzem a desigualdade e postergam a possibilidade de que todos possam usufruir de seus benefícios econômicos, alcançando a proclamada emancipação social.

2. DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO

Furtado (1987), em seu texto *Teoria e política do desenvolvimento econômico*, considera desenvolvimento como uma condição ligada aos fatores que permitem “[...] a uma sociedade dispor do excedente e os que induzem a transformar esse excedente em instrumento de aumento da produção”.(FURTADO, 1987, p.113). Assim, este autor percorre a história do desenvolvimento europeu, desenvolvimento condicionado sempre pela geração de excedente e pela forma desigual de apropriação do mesmo.

Desenvolvimento, nesse sentido, traz em sua base a apropriação desigual do excedente, o que, conseqüentemente, implicará numa divisão entre aqueles que concentram as riquezas e aqueles dependentes destas, envolvendo desde de seu início a necessidade de uma relação desigual de poder político-econômico.

Esta análise de Furtado sobre os fundamentos econômicos e políticos do desenvolvimento revelam, particularmente na relação entre os países, a formação de uma estrutura sócio-econômica dualista, base para o surgimento do subdesenvolvimento, do "capitalismo bastardo" próprio da maioria dos países da América Latina e do Continente Africano.

Segundo Furtado, o desenvolvimento industrial europeu no século XVIII trouxe desenvolvimento na própria Europa (progresso técnico), levou a ocupação em terras desabitadas e a ocupar as regiões de natureza pré-capitalista em outros continentes, trazendo para estes estruturas dualistas:

[...] uma parte das quais tendia a organizar-se à base da maximização do lucro e da adoção de formas modernas de consumo, conservando-se a outra parte as formas pré-capitalistas de produção. Este tipo de estrutura sócio-econômica dualista está na origem do fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo. O subdesenvolvimento é, portanto, um processo autônomo e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento. (FURTADO, 1987, p.142).

Na análise deste autor, portanto, é apontado um fator crítico do desenvolvimento na relação entre países, produzindo relações assimétricas que resultariam numa subordinação dos países pré-capitalistas aos países de capitalismo avançado. Tal fato se revelaria no surgimento dessa estrutura sócio-econômico

dualista, perenizada pelas desigualdades nas relações de trocas entre os países, entre aquele país exportador de produtos primários e, até mesmo secundários, mas importador de bens de capital, cujo valor agregado é muito maior. Furtado também aponta outro fator para a permanência dessa estrutura dual ao demonstrar a formação de grupos de interesse nos países pré-capitalistas cujos objetivos seriam compatíveis com os interesses dos países de capitalismo avançado, contribuindo para determinar a posição econômica e política de subordinação dos países pré-capitalistas aos de capitalismo avançado.

Cardoso e Faletto (1970), na obra *Desenvolvimento e dependência na América Latina*, aprofundam a discussão de Furtado demonstrando a complexidade em se discutir as condições de desenvolvimento e subdesenvolvimento na América Latina. Segundo estes autores, o desenvolvimento na América Latina não pode ser analisado num sentido linear ou etapista, mas na relação de dependência da América Latina com o centro capitalista, ou seja, no âmbito de uma relação centro-periferia sem a qual não é possível entender também a questão do subdesenvolvimento.

Segundo estes autores, a categoria de dependência, que dinamiza e articula as noções de desenvolvimento e subdesenvolvimento, apresenta sua riqueza e complexidade na medida em que atenta para o processo histórico de desenvolvimento destes países e do capitalismo mundial, assim como supõe que tal desenvolvimento se dê através de uma relação condicionante entre a estrutura econômica e os grupos e classes dos países periféricos e de uma relação destes com os dos países centrais.

Assim Cardoso e Faletto tentam quebrar a idéia mecânica e a-histórica de que os países periféricos se dão apenas sob as determinações dos países centrais, por meio das trocas desiguais no mercado capitalista.

Nos fim dos anos 1970 Cardoso (1993) retoma tais apontamentos para criticá-los, inclusive seu próprio posicionamento em sua obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, frisando que os debates acerca do desenvolvimento na América

Latina estavam presos a uma noção muito economicista e na crença desmedida no progresso social.

Não foi só o econômico que o século XIX triunfou no pensamento latino-americano. Além da crença na racionalidade da história, este pensamento abrigou, e ainda abriga, a crença no progresso social: estacionamos nos umbrais das questões decisivas para manter a convicção de que não precisamos perguntar quais são os portadores concretos do futuro. (CARDOSO, 1993, p.205).

Diante de tais considerações, Cardoso propõe que discutamos sobre uma outra forma de desenvolvimento, calcado numa reconstrução da ordem internacional e a construção de sociedades mais igualitárias, democráticas, autoconfiantes. “[...] Novas sociedades, com base não no subdesenvolvimento da periferia e na estagnação do centro, mas num estilo de desenvolvimento cuja razão de ser é o cálculo social de custos e benefícios”.(CARDOSO, 1993, p.177). Para ele há a necessidade de estabelecer uma nova noção de desenvolvimento que não tem por objetivo a acumulação de capital, mas a satisfação das necessidades básicas do homem.

Tais considerações do autor são influenciadas pela sua observação dos movimentos contestatório dos anos 1960, quando, de fato, o ideário de desenvolvimento e progresso, tal como tinham sido defendidos ao longo da modernidade, passaram a ser questionados. Entretanto passado uma década destes protestos, tal ideário assume novo fôlego e força sob o nome globalização e sua promessa redentora de crescimento econômico e desenvolvimento global para todos os países que nela se inserirem. Além disso, as transformações suscitadas e intensificadas por esse processo vão, em certa medida, obstaculizar o surgimento de movimentos contestatórios como os dos anos 1960. Seriam estes o último suspiro da sonhada liberdade, igualdade e fraternidade?

Ianni (1996) e Chesneaux (1995) se debruçam sobre tais questões e, apesar de alimentarem esperanças sobre uma possibilidade de construção de uma nova sociedade, o escrito dos mesmos parecem denunciar o contrário.

3. A GLOBALIZAÇÃO E SEUS EFEITOS

De modo geral Ianni (1996) apreende o processo de globalização enquanto um movimento particular e hegemônico da história mundial, um processo que carrega uma dinâmica permeada por contradições. Ianni lhe dá uma fisionomia interessante na medida em que apregoa à globalização o caráter de um processo civilizatório, no sentido da diversidade que o mesmo vem comportando ao longo da evolução humana, mas com a particularidade de estar agora sob a hegemonia do capital.

Segundo Ianni (1996), diferentemente da época antiga e medieval, a civilização capitalista traz em si a amplificação e intensificação da mudança, do movimento, o que poderíamos caracterizar mais propriamente pelo termo “revolução permanente”. Parece ser esta a característica fundamental da dialética da globalização, do processo civilizatório discutido por ele.

Utilizando-se de Marx, Ianni discute o constante revolucionar do capitalismo, um processo que arranca raízes, arrasta tradições, cria novas formas de sociabilidade, mundializa-se e alcança todos os pontos do globo, alterando-o, recriando-o, reconfigurando-o. O capitalismo seria o caráter predominante do processo civilizador, revolucionando suas forças produtivas, as relações de produção, internacionalizando o mercado e intensificando a divisão do trabalho, levando a um processo crescente de concentração e de centralização do capital, à reprodução ampliada do mesmo. Este é o fato inelutável do processo civilizatório, o desenvolvimento da forma capitalista de produção.

Tal desenvolvimento, nestas últimas décadas, observa Ianni (1996), parece intensificar e ampliar ainda mais os processos de mudanças, de modo que as configurações mais estáveis da civilização capitalista anterior se desmoronaram ou estão em fase de readequação e reconstrução, presas às necessidades insaciáveis deste modo de produção, agora formador de uma “Aldeia Global”, de um “Shopping Center Global”. Este parece ser o resultado mais concreto do processo civilizatório no século XXI, o resultado do desenvolvimento e do progresso social tão propagados ao longo da modernidade.

O “Shopping Center Global”, como aponta Ianni, revela a fase mais aguda da mercantilização da vida e do conseqüente redirecionamento da sociedade para a convivência num mercado global regido pelos interesses de corporações transnacionais, agências multilaterais; a maior parte, de uma forma ou de outra, planejadores e executores de uma reprodução ampliada do capital.

Stiglitz (2002), ao observar uma agência multilateral particular, o Fundo Monetário Internacional, ajuda a perceber a força e a constelação de interesses desta instituição; uma agência econômica na gestão e política na defesa dos interesses do mercado financeiro internacional, mais preocupada em sanar os empréstimos das agências e instituições financeiras do que estabelecer um projeto de desenvolvimento mais condizente aos países da periferia.

[...] Os bilhões de dólares que ele fornece são utilizados para manter as taxas de juros a níveis insustentáveis por um curto período de tempo, durante a qual os estrangeiros e os ricos são capazes de tirar seu dinheiro do país em termos mais favoráveis (por meio dos mercados de capitais aberto que o FMI impôs aos países). Para cada rublo, para cada rúpia, para cada real, esses países conseguem mais dólares enquanto as taxas de juros forem mantidas. Os bilhões são também muitas vezes utilizados para pagar credores estrangeiros, mesmo quando a dívida era privada. As responsabilidades privadas foram, com efeito, em muitas instâncias, nacionalizadas. (STIGLITZ, 2002, p.256).

Tal fato, juntamente com as considerações de Ianni (1996), leva a questionar se realmente é válido este tipo de desenvolvimento, um desenvolvimento que atende a determinados interesses, descartando uma boa parte da população mundial. Tal fato, repõe, novamente, a pertinente observação de Furtado (1987) acerca da ineliminável desigualdade na base de qualquer projeto de desenvolvimento econômico, na apropriação desigual do excedente e a inversão do mesmo no processo produtivo, assim como repõe as categorias de “centro” e “periferia”, de “subdesenvolvimento” que se renovam por meio da defesa de interesses poderosos (Fundo Monetário Internacional, Consenso de Washington ⁽²⁾).

Sob a globalização, o processo civilizatório reforça um determinado tipo de desenvolvimento, o desenvolvimento de uma forma capitalista de sociabilidade que não tem levado em conta um cálculo social de custos e benefícios e que, atualmente,

parece por em xeque modalidades de respostas contrárias e consistentes contra a perversidade deste processo. Se os anos 1960 pode, pelo menos por um certo tempo, negar certos parâmetros deste processo civilizador, questionando a idéia de razão, de liberdade e justiça do mesmo, o que se vê agora é uma incapacidade, quase estrutural, para formular novas frentes contra esta espécie de desenvolvimento, uma incapacidade de uma ação política decorrente de uma dificuldade cognitiva de mapear a realidade e de propor um projeto alternativo para o futuro. Tal incapacidade parece estar na base de um processo de compressão espacial-temporal observados por Ianni (1996) e Chesneaux (1995).

De acordo com Ianni, no mundo do “Shopping Center Global” se processa a fragmentação do espaço e do tempo, findam-se as meta-narrativas, ocorre uma dispersão dos signos, dos significados e conotações, a história é substituída pelo efêmero, pela imagem do instante, do lugar do fugidio, a realidade se pasteuriza, “[...] elegendo o simulacro como experiência de fato, substituindo o real pelo virtual, a palavra pela imagem.” (IANNI, 1996, p.171-72).

Chesneaux (1995) aponta para uma nova lógica do espaço e do tempo, invadindo os grandes centros urbanos de forma mais intensa, mas se estendendo para as cidades menores e para o campo também. Esta nova lógica impõe uma decomposição do espaço em proveito de sistemas que giram em torno de si mesmos, dissociados do ambiente natural, histórico e social, sob uma nova temporalidade pautada pela urgência, pelo tempo de ontem, o tempo pontual, com a perda da noção do antes e do agora.

Apesar da nova dimensão espacial-temporal garantir uma maior mobilidade por meio de uma certa uniformidade, por meio dos espaços de fluxos, onde enquanto cidadãos globais nos sentimos à vontade, Chesneaux (1995) aponta para o fato de que estamos perdendo certas percepções acerca de nossa identidade com os lugares coletivos, o que reforça uma perda da identidade de uma referência de identidade coletiva, perda de espaço para o estabelecimento de relações significantes. Estaríamos nos tornando pessoas “sem lugares”, deslocadas, comprimidas pelo tempo de ontem? Este processo não revelaria a intensificação a

último termo da autonomização individual, o que, contraditoriamente, limitaria sua própria capacidade de ser um sujeito de razão e livre, pois configuraria-se mais como uma mônada, um ser isolado e, dentro de um espaço público cada vez mais reduzido, desprovido da capacidade de estabelecer formas de sociabilidade alternativas e mais estáveis?

Tais questões são levantadas por Chesneaux e pensadas como um obstáculo político fundamental para a tentativa de construção de formas alternativas de sociabilidade:

Com [...] a destruição do local em proveito do global, a prioridade dos fluxos e dos circuitos, o declínio da rua, a decomposição aleatória do espaço urbano em subsistemas fechados, a mistura do próximo e do longínquo, é o fundamento de nossa vida democrática que se encontra estremeado. A vida política doravante não se inscreve mais num espaço estruturado segundo a polaridade, a contigüidade e a estabilidade, digamos um espaço newtoniano, mas em um espaço aleatório, explosivo e cambiante. Os lugares da memória desapareceram; ou seja, os sinais e marcos inscritos na duração, os ancoradouros históricos que fundamentam a identidade coletiva [...] (CHESNEAUX, 1995, p.35).

Estas tendências do desenvolvimento sócio, político e econômico atual revelam desafios sérios à capacidade inventiva e transformadora do sujeito, todavia, como observam Ianni (1996) e Stiglitz (2002), afora as dificuldades de mapeamento cognitivo da nova realidade que se gesta, das dificuldades de articulação e construção de formas de sociabilização mais estáveis, ainda é possível enxergar algumas instâncias de interesses decisivos na estruturação e manutenção deste projeto de desenvolvimento, como é o caso do FMI, das políticas internacionais, dos agentes do mercado financeiro - atores concretos. Não há nenhuma "mão invisível" determinando tudo.

Há que se considerar, entretanto, uma outra dimensão do processo de desenvolvimento global, mais centrado no âmbito das necessidades de sobrevivência, de base econômica propriamente dita, que colocam as pessoas numa luta pela vida material e prende-as sob os interesses particularistas e concorrenciais, é o chamado desemprego estrutural. Este "fantasma" cada vez mais real tem sido, muitas vezes, o único solo sob o qual as pessoas se aglutinam e participam

politicamente, mas tão logo se desconectam quando conquistam uma chance de sobrevivida pelo emprego. Enquanto esta chance de sobrevivida durar, parece difícil acontecer uma mudança mais profunda nos termos em que o desenvolvimento é posto.

Como aponta Kon (2002), no campo da organização do trabalho vê-se que o mesmo tem que se adaptar a uma estrutura flexível (auto-emprego, tempo parcial de trabalho, terceirização), alternando espaços que necessitam de alta qualificação e outros com baixa, tendo que se adaptar às novas exigências de empregabilidade e garantir o crescimento das transnacionais. Os investimentos destas estão relacionados:

[...] grandemente à disponibilidade de mão-de-obra qualificada para se ajustar aos novos requisitos da flexibilidade do trabalho, sofisticação no atendimento à demanda e à existência de uma infra-estrutura de serviços de apoio ao processo de manutenção das empresas e de globalização intensificada [...] (KON, 2002, p.68).

A preocupação central com a empregabilidade tem sido reforçada pelas ameaças crescentes do desemprego estrutural, mas também tem servido, e muito bem, para a legitimação de políticas econômicas nacionais – descentralização fiscal, desregulação financeira, liberalização comercial, privatizações e reforma tributária – a fim de atrair fluxos de investimentos, saldar as dívidas e, então, garantir o emprego.

Diante de tais considerações fica difícil pensar a mudança ou uma contestação mais efetiva à atual forma de desenvolvimento, pois a atualidade parece revelar duas tendências, a compressão na dimensão espaço-tempo e o fantasma do desemprego, que convergem para o que Ianni (1996) apontou como sendo o predomínio capitalista do processo civilizador.

4. CONCLUSÃO

Tal processo revela os impasses de nossa contemporaneidade e a impossibilidade de alcançar a proclamada idéia de emancipação social, simbolizada na defesa do progresso ilimitado das capacidades humanas e na realização da liberdade e da igualdade. O tipo de desenvolvimento que se gesta é o capitalista, um

tipo que reafirma a posição ambígua da individualidade, presa ainda nas malhas de uma sociedade atomizada, fragmentária, lutando - muitas vezes se conformando - para que seu projeto de emancipação não seja engolido pela mercantilização do mundo, pela fragmentação do tempo e do espaço e, ao mesmo tempo, tendo que, cotidianamente, enfrentar os desafios da sobrevivência, da empregabilidade.

Assim, o aspecto utópico do termo desenvolvimento, sob sua vertente emancipatória, vira um desejo subordinado ao fardo do desenvolvimento real, revelador dos “tempos sombrios” em que vivemos.

Imersos no tempo do imediato, sob uma experiência de vida numa forma de sociabilidade aparentemente sem alternativas e lutando pela empregabilidade para poder continuar incluído, o indivíduo se encontra muito mais nos espaços de fluxos e da burocracia racionalizante do que no âmbito de um espaço público, sentindo as dificuldades de um novo mapeamento cognitivo e da busca da política, cada vez mais distante. Daí resulta necessariamente uma busca por aquelas relações significativas que ainda apresentam algum centro, alguma estabilidade, mas totalmente privadas; são relações que tentam barrar o processo de isolamento, a mônada, mas sem transcendê-lo.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, F.H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1970.

_____. Por um outro desenvolvimento. In: _____. **As idéias e seu lugar**. Petrópolis: Vozes, 1993. (cap IV).

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klaus B. Gerhardt. 3.ed., São Paulo: Paz e Terra, 2002. v.2.

CHESNEAUX, J. Uma outra relação com o espaço e o tempo. In: _____. **Modernidade-mundo**. Petrópolis: Vozes, 1995. (cap. I).

FURTADO, C. **Teoria e Política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril, 1987.

FIORI, José Luís. Globalização, Hegemonia e Império. In: TAVARES, M. da C.; FIORI, J.L. (Orgs). **Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p.87-151.

Perspec. Contemp., Campo Mourão, v. 1, n. 2, p. 183-195, nov./maio 2006.

ISSN: 1980-0193

IANNI, O. A dialética da globalização. In:_____. **Teorias da Globalização**. 2.ed. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 1996. (cap VIII).

_____. Modernidade-mundo. In:_____. **Teorias da Globalização**. 2.ed. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 1996. (cap IX).

KON, A. Tecnologia e trabalho no cenário da globalização. In: DOWBOR, L.; et al. **Desafios da globalização**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

STAHEL, A. W. Capitalismo e entropia. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001. p.104-127.

STIGLITZ, J.E. **A globalização e seus malefícios**. São Paulo: Futura, 2002.

NOTAS

⁽¹⁾ Bacharel em Ciências Sociais pela UNESP – Universidade Estadual Paulista (1998); Mestre em Ciências Sociais pela UNESP – Universidade Estadual Paulista (2003) e Doutorando em Ciências Sociais pela UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos. Atualmente exerce atividade docente junto ao curso de Direito da Faculdade Integrado de Campo Mourão e estuda o Ambientalismo no Brasil. Endereço para contato: Av. Irmãos Pereira, nº 670, Centro, Campo Mourão-PR. E-mail: ortiz_vinicius@yahoo.com.br.

⁽²⁾ “Em 1989, um economista norte-americano chamou de ‘Consenso de Washington’ ao programa de políticas fiscais e monetárias associadas a um conjunto de reformas institucionais destinadas a desregular e abrir velhas economias desenvolvimentistas, privatizando seus setores públicos e enganchando seus programas de estabilização na oferta abundante de capitais disponibilizados pela globalização financeira [...]” (FIORI, 1998, p.121).

Enviado: 16/08/2006
Aceito: 22/11/2006
Publicado: 30/11/2006